

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA PARA O TRATAMENTO DIDÁTICO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NA ESCOLA

Ana Maria Mattos Navarro (PDE)¹

RESUMO

O presente artigo focaliza alguns aspectos da variação da língua materna embasados em pesquisas na área da Sociolingüística com ênfase em suas contribuições para o ensino da língua e tem por objetivo servir como material de pesquisa e reflexão, bem como fonte de informação para auxiliar o professor na busca de caminhos viáveis para a transposição didática das descrições variacionistas para a prática pedagógica, tanto na perspectiva do seu trabalho quanto do aluno. Descreve sinteticamente os pressupostos teóricos da teoria da variação que dão sustentação às reflexões desenvolvidas neste estudo, aborda o tratamento didático para a variação lingüística em sala de aula e traça algumas considerações a respeito do preconceito lingüístico e seus reflexos na escola.

Palavras-chave: Concordância. Língua Padrão. Variação Lingüística. Sociolingüística.

ABSTRACT

The present article focuses some aspects of variation in mother language based in research in the area of sociolinguistics with emphasis in contributions for education of language and has for target using as material of research and reflection, as well as source of information to assist teachers in searches of possible ways for didactics transposition of variable descriptions for educational practices as much in the perspective of its work as well the students. It describes synthetically theoretical estimated of theory of variation that gives sustentation to the reflections developed in this study approaches the treatment didactic for the language variation in the classroom and traces some considerations regarding preconception of language and consequences in the school.

Key Word: Concordance. Pattern Language. Linguistics Variations. Sociolinguistics.

¹ Professora da Rede Estadual de ensino do Paraná
Integrante do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE-2007)
Graduada em Letras e Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina
Pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino pela Universidade Norte do Paraná
E-mail: navarroana@seed.pr.gov.br

1 INTRODUÇÃO

Mesmo com a ampla disseminação dos conhecimentos sobre variação lingüística nos cursos universitários de formação de professores de língua portuguesa e em pesquisas científicas na área da Lingüística, ainda há muito que se divulgar sobre o tema aos professores do ensino fundamental e médio.

As próprias Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná atentam para a necessidade de que o professor ofereça um tratamento especial à variação lingüística em sala de aula ao destacar que, tanto a norma padrão, quanto as outras variedades, são igualmente lógicas e bem estruturadas e as variações lingüísticas, sob o enfoque sociolingüístico, não são boas ou ruins, melhores ou piores, primitivas ou elaboradas, pois constituem sistemas lingüísticos eficazes, falares que atendem diferentes propósitos comunicativos.

O fato de o professor ou a sociedade ainda verem como erro determinadas construções morfossintáticas ou inadequações no uso da linguagem precisa ser revisto, analisado e estudado de forma a redefinir novos padrões de conduta no âmbito socioeducacional. Essa visão muitas vezes pode estar mascarada sob a forma de preconceito lingüístico e é uma evidência de questões como: *O que é erro? Corrigir ou não? O que corrigir? Como corrigir?*

Nas últimas duas décadas, os educadores brasileiros, especialmente os lingüistas, têm defendido uma pedagogia que seja atenta às diferenças entre a cultura que os alunos trazem e a da escola, procurando mostrar ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar os alunos sobre essas diferenças.

Ainda assim os professores não sabem como agir diante dos chamados 'erros de português'. Muitos ficam inseguros, sem saber se devem ou não corrigi-los, ou se podem falar em erros, os quais, sob a perspectiva sociolingüística, são simplesmente diferenças entre variedades da língua. Quando o aluno usa uma regra não variável ('erro') e o professor intervém, fornecendo a variante-padrão, as duas variedades acabam entrando em conflito em sala de aula. Como proceder nesses momentos? É uma dúvida sempre presente entre os professores.

Precisamos encontrar caminhos para tratarmos a seguinte polêmica: o 'erro' é uma deficiência do aluno ou apenas uma diferença entre duas variedades? Sugestões didáticas não faltam, como: substituir o uso do *certo/errado* por *adequado/inadequado*, entre outras.

Enfim, entre os estudiosos da ciência lingüística direcionada ao ensino da língua portuguesa prevalece o pressuposto de que o professor deve considerar a questão da variação lingüística no planejamento das aulas, na elaboração/organização do material didático e nos critérios de avaliação das produções textuais dos estudantes.

Diante disso, o presente artigo focaliza alguns aspectos da variação da língua materna embasados nas pesquisas da área da Sociolingüística com ênfase em suas contribuições para o ensino da língua. Tem como objetivo servir de material de pesquisa e reflexão, bem como fonte de informação para auxiliar o professor na busca de caminhos viáveis para a transposição didática das descrições variacionistas para a prática pedagógica, tanto na perspectiva do seu trabalho quanto do aluno.

Para melhor entendimento, o tema do presente trabalho foi dividido em dois itens, além de uma parte introdutória e das considerações finais. O primeiro item descreve sinteticamente os pressupostos teóricos da teoria da variação que dão sustentação às reflexões desenvolvidas neste estudo e está subdividido em três partes: fundamentos da sociolingüística, estudos variacionistas e a sociolingüística no ensino da língua. O segundo item, variação lingüística e ensino, traz algumas reflexões acerca do tratamento didático da variação lingüística em sala de aula e traça algumas considerações a respeito do preconceito lingüístico e seus reflexos na escola.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este trabalho está fundamentado na abordagem da Sociolingüística Variacionista e da Sociolingüística Educacional.

2.1 FUNDAMENTOS DA SOCIOLINGÜÍSTICA

A Variação lingüística é inerente à linguagem humana. Não existe língua falada ou escrita sem variação. Conforme (PAIVA; SCHERRE, 1999) ela está presente entre os componentes lingüísticos (fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical); entre os componentes discursivo e pragmático da linguagem; e entre os componentes lingüísticos e os aspectos não-lingüísticos (social, cognitivo e interacional)

A Sociolingüística e os estudos sobre variação e mudança lingüística vêm contribuindo para que se delineie e concretize-se uma nova prática no ensino da língua materna.

A Sociolingüística dispõe de diferentes modelos teórico-metodológicos para a análise da variação. Uma das abordagens que utiliza é a da Teoria da Variação, cujo precursor é William Labov. Esta linha é considerada como teoricamente coerente e metodologicamente eficaz para a descrição da língua em uso numa perspectiva sociolingüística.

A área dos estudos sociolingüísticos envolve desde os problemas que surgem na comunicação entre os indivíduos, passando pela análise dos dialetos, idioletos, socioletos, questões de pronúncia e desenvolvimento lingüístico, até barreiras lingüísticas provenientes de concepções ideológicas, diferenças de raça e posição social, barreiras lingüísticas estas que muitas vezes geram barreiras sociais. Afinal, a linguagem é condição e meio necessário para qualquer interação. Sem ela, não haveria formação de grupos e nenhuma atividade humana organizada. Porém, a linguagem não é só produto de integração social. Mas sim um sistema de sinais convencionais desenvolvidos, ensinados e apreendidos socialmente.

A ciência sociolingüística toma especialmente como objeto de estudo a variação e, segundo Mollica (2003, p. 10)

estuda a língua em uso nas comunidades de fala, voltando atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos lingüísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos lingüísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo.

A variação, nesse caso, entendida como um fenômeno passível de ser descrito e analisado cientificamente, parte do princípio de que são os fatores sociais e lingüísticos que influenciam o uso de uma ou outra forma. Ao traçar uma breve retrospectiva pelos estudos lingüísticos a partir do início do século XX, não se pode deixar de fazer referência a alguns estudiosos cujas obras já refletem a questão do social no campo da linguagem, tais como: Antoine Meillet, Mikhail Bakthin, Émile Benveniste e Roman Jakobson. Alkmim (2004), Meillet, Bakthin, Benveniste e Jakobson são consensuais na constatação de que a relação entre linguagem e sociedade é óbvia e complexa ao mesmo tempo.

As pesquisas realizadas por estes autores representam um marco divisor no campo da reflexão da Lingüística contemporânea. Após seu advento, aspectos ligados à linguagem, cultura e sociedade passam a ser considerados inseparáveis. Posteriormente, surgem estudiosos como John Gumperz, Einar Haugen, Dell Hymes, John Fischer, entre outros, que vieram a efetivar a caracterização e a definição da Sociolingüística como nova área de estudo. Todos se tornaram referências clássicas na tradição dos estudos focados na relação entre língua e sociedade.

Todavia, os propósitos de descrever a heterogeneidade lingüística e de encontrar um modelo capaz de dar conta da influência dos fatores sociais que atuam na língua somente passaram a ter êxito com os trabalhos de Labov, que, em 1963, publica seu conhecido trabalho sobre a comunidade da ilha de Martha's Vineyard, em Massachusetts. Nesse trabalho mostra que o papel dos fatores sociais é decisivo na variação lingüística observada na comunidade.

Em 1964, Labov conclui sua pesquisa sobre a estratificação social do inglês em New York, na qual apresenta um modelo de descrição e interpretação do fenômeno lingüístico no contexto social de comunidades urbanas.

O pressuposto básico da Teoria da Variação Lingüística, (LABOV, 1972), é o de que a heterogeneidade, ou variação, é inerente a todo sistema lingüístico e não é aleatória, mas ordenada por restrições lingüísticas e extralingüísticas. E são essas restrições que levam o falante a usar certas formas e não outras quando faz uso da língua falada. Sobre tal abordagem, citamos as palavras de Naro (2003, p. 15):

O pressuposto básico do estudo da variação no uso da língua é o de que a heterogeneidade lingüística, tal como a homogeneidade lingüística, não é aleatória, mas regulada, governada por um conjunto de regras. Em outras palavras, tal como existem condições ou regras categóricas que obrigam o falante a usar categoricamente certas formas (*a casa*) e não outras (*casa a*), também existem condições ou regras variáveis que funcionam para favorecer ou desfavorecer variavelmente e com pesos específicos, o uso de uma ou outra das formas variáveis em cada contexto.

Conforme Mollica (2003, p. 11), *variantes* são formas lingüísticas inerentes à variação lingüística e caracterizam-se como formas alternativas que compõem um fenômeno variável, chamado *variável dependente*. A concordância de número, por exemplo, é uma variável lingüística (ou um fenômeno variável), pois se realiza por meio de duas variantes, duas alternativas possíveis e semanticamente equivalentes: a *concordância* quanto ao número entre o sujeito e o *verbo* ou a *ausência da concordância*. Uma variável é definida como dependente no sentido de que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou *variáveis independentes*) de natureza social ou estrutural.

Tendo em vista que os fatores que atuam sobre o comportamento lingüístico dos falantes podem ser internos ou externos ao sistema lingüístico, uma análise, seguindo os moldes da Sociolingüística Variacionista, deve incorporar tanto os *fatores lingüísticos* quanto os *fatores sociais*. Os fatores lingüísticos são aqueles relacionados aos contextos da estrutura que condicionam o uso de uma ou outra variante na comunidade onde a variação está relacionada, como os de natureza fono-morfo-sintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais. Os *fatores sociais* ou *extralingüísticos* são determinados pelo sexo, escolaridade, idade, nível social e o lugar onde a pessoa mora. O importante, então, é o que possibilita a variação. De acordo com Camacho

[...] o que a Sociolingüística faz é correlacionar variações existentes na expressão verbal a diversidades sociais, entendendo cada domínio, tanto o lingüístico, como o social, como fenômenos estruturados e regulares. Se um falante enuncia o verbo "vamos" como [vãmus] e outro falante o enuncia como [vãmu], podemos afirmar, com base nos postulados da Sociolingüística, que essa variação não é o resultado aleatório de um uso arbitrário e inconseqüente dos falantes, mas um uso sistemático e regular de uma propriedade inerente aos sistemas lingüísticos, que é a possibilidade de variação (CAMACHO, 2004, p. 50).

Porém, nem todos os fatos da língua estão sujeitos a variações. Existem regras gramaticais conhecidas como categóricas, já que um falante não pode

violá-las, como lembra Monteiro (2000, p. 58). Essas regras definem o que é e o que não é possível na língua. Ainda segundo Monteiro, em romeno, por exemplo, o artigo se pospõe ao nome, já em português e em outras línguas o artigo sempre antecede o nome e se houver qualquer alteração desse emprego, a construção se torna agramatical. Essa ordem não pode ser alterada pelo falante, sob pena de dificultar ou inviabilizar a compreensão dos enunciados. Esse conjunto de regras internas costuma ser denominado de *invariantes*.

2.2 ESTUDOS VARIACIONISTAS

As pesquisas em variação lingüística abrangem diversos níveis (fonético, morfossintático, lexical, semântico). Destacam-se:

- Na fonética há estudos sobre: omissão do /r/ nos infinitivos verbais (*cantá>cantar, chorá>chorar*); redução de /n/ do grupo consonantal /nd/ no gerúndio (*falano>falando, correnu>correndo*); omissão de /r/ em grupos consonantais (*ôto>outro*); monotongação dos ditongos decrescentes (*lixero>lixeiro*).
- Na morfossintaxe: estudos sobre variação na concordância de número entre verbo e sujeito; concordância de número entre predicativos e participios com o sujeito; concordância de gênero entre predicativo e sujeito; concordância de gênero na anáfora pronominal; estudos sobre as formas *seu/dele*, sobre a alternância de ‘*nós*’ e ‘*a gente*’;

A variação na concordância de número (nominal e/ou verbal) é uma das mais produtivas em sala de aula. Por esse motivo citaremos, de forma sucinta, neste trabalho, os estudos de dois pesquisadores variacionistas, Scherre (1994) e Naro (1997).

Muitos pesquisadores da área da Sociolingüística Variacionista têm estudado exaustivamente a regra da concordância de número (verbal e nominal) e mostrado que esta, conforme previsto nas gramáticas normativas, hoje em dia se aplica somente em estilos muito monitorados e na língua escrita, muito formal.

No caso da concordância nominal de número, segundo Scherre (1994), em estilos não-monitorados há a tendência de se usar uma regra de concordância

não-redundante, ou seja, em vez de se flexionar todos os elementos do sintagma, apenas o primeiro é flexionado. Isso reflete uma prática no português brasileiro de não se fazer concordância entre os determinantes e o núcleo do sintagma representado por um nome ou pronome, no plural.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2004) há duas coisas que o professor não pode esquecer ao lidar com o fenômeno:

- no português brasileiro, tendemos a flexionar o primeiro elemento do sintagma nominal plural e não marcar os demais. Esta é uma tendência que se explica porque geralmente dispensamos elementos redundantes na comunicação e as diversas marcas de plural no sintagma nominal plural são redundantes. Quando escreve sintagmas nominais plurais o aluno tende a flexionar somente o primeiro elemento, que pode ser um artigo, um pronome possessivo, um demonstrativo, etc. EX: *'os amigo', 'meus brinquedo', 'aqueles homi', 'os meus tio'*.

Quanto mais diferente for a forma plural de um nome ou pronome da sua forma singular, mais tendemos a usar a marca de plural naquele nome ou pronome. Quando a forma de plural é apenas um acréscimo de um /s/, tendemos a não empregá-la.

Também a regra de concordância verbal de número tem sido muito estudada pelos pesquisadores da área de Sociolingüística Variacionista.

Naro (1997) constatou que quando a forma de terceira pessoa do plural for muito distinta da forma de terceira pessoa do singular, há mais probabilidade de os falantes fazerem a flexão. É o chamado princípio da saliência fônica. EX: Em formas como *'estavam, querem, sabe, fazem'*, há mais tendência de haver a flexão do que em formas como *foram, fizeram, jogaram*.

Outra constatação foi a de que existe maior probabilidade de ocorrer a flexão na forma verbal quando o sujeito é anteposto ao verbo. Quando é posposto tendemos a não flexionar o verbo. EX: *'os jornais chegaram/já chegou os jornais'*.

O professor deve tratar prioritariamente as variáveis que mais atuam para a ocorrência do 'erro' na escrita. EX: sintagmas verbais e nominais cujo plural é regular e menos saliente fonicamente, como *'ele fala' – 'eles falam' ou casa – casas* constituem o subgrupo mais problemático para o falante, que costuma marcar geralmente o plural nas formas mais marcadas fonicamente apenas no primeiro elemento no sintagma nominal (MOLLICA, 2000, p. 60).

2.3 A SOCIOLINGÜÍSTICA NO ENSINO DA LÍNGUA

Segundo Marcos Bagno (apud BORTONI-RICARDO, 2004, p. 7) a Sociolingüística Educacional é uma área teórico-prática inaugurada pela sociolingüista Stella Maris Bortoni-Ricardo e representa um movimento de divulgação dos resultados da pesquisa lingüística para um público além dos centros de pesquisa. Tal movimento tem a capacidade de fazer com que os resultados das pesquisas se transformem em instrumental pedagógico que auxiliam os professores a lidar, em sala de aula, com as regras características das variedades lingüísticas estigmatizadas.

Vivemos uma época em que a escola não pode mais ignorar as diferenças sociolingüísticas. Professores e alunos têm que estar conscientes de que existem formas alternativas para se dizer a mesma coisa, as quais servem a propósitos comunicativos diferentes e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade.

Entretanto, mesmo tendo que se respeitar as peculiaridades lingüístico-culturais daqueles alunos que usam variedades de menos prestígio não se pode negar a eles o direito de aprender as variantes de prestígio. Mesmo sendo, na maior parte das vezes, as gramáticas normativas produtos dos grupos sociais de prestígio, seu ensino tem uma função da qual não se pode fugir. Não há como deixar de ensinar a língua como uma arma de luta social.

O professor não pode deixar de trabalhar a norma-padrão. Porém, deve, sim, conhecer os estudos variacionistas mais recentes que lhe ajudarão a perceber que determinadas variações são perfeitamente explicáveis pelas próprias características da língua. Fundamentado nesses estudos terá maiores condições de se apropriar melhor de alternativas que lhe ajudem a trabalhar o fenômeno da variação em sala de aula.

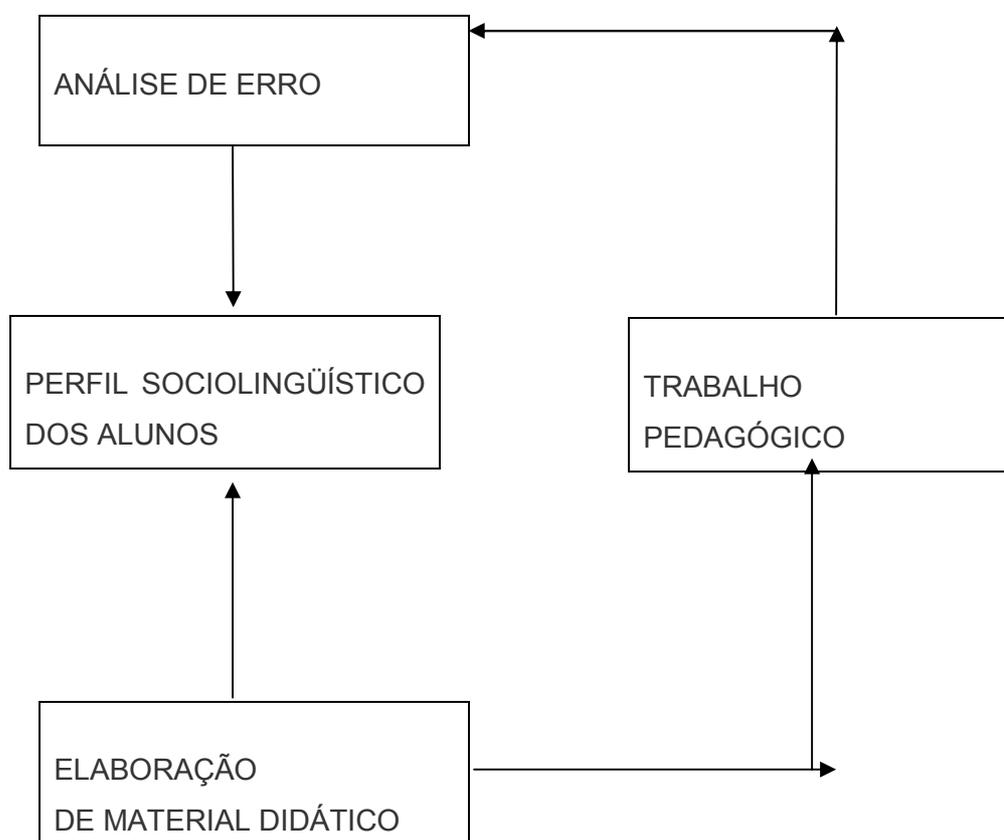
Tanto professores quanto alunos têm de saber diferenciar os 'erros' que são resultado de interferências de regras variáveis fonológicas ou morfossintáticas de 'erros' que resultam simplesmente de desconhecimento das convenções padrão.

O que não se pode é confundir gramática normativa e a língua de um povo. O problema, no entanto, é que, na maioria das vezes, se ensina gramática normativa como se estivesse ensinando língua materna, o que gera certa confusão na cabeça dos alunos. Portanto, pesquisa lingüística e ensino de gramática normativa devem caminhar lado a lado para que mudanças de atitude no ensino possam realmente ocorrer.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005) para se realizar um trabalho deste poder-se-á, inicialmente, ser levantado o perfil sociológico do aluno, a fim de fundamentar a formulação de uma ação educacional que atenda às seguintes condições:

- respeitem-se as peculiaridades culturais do aluno, poupando-o do perverso processo de conflito de valores e de insegurança lingüística;
- garanta-lhe acesso à língua-padrão, permitindo-lhe mobilidade social;
- seja facilmente operacionalizável.

O diagrama seguinte, inspirado em Corder (apud BORTONI-RICARDO, 2005, p. 59), representa as relações entre o processo de análise e diagnose de erros e as tarefas do sociolingüista e do professor:



A análise dos erros se baseia em descrições sociolingüísticas das variedades da língua. Tais descrições deverão incluir o levantamento detalhado da ocorrência das regras variáveis e complementar-se com estudos psicossociais que analisem a avaliação desses traços pelos falantes nos diversos estratos sociais. A análise, por sua vez, permite o levantamento de um perfil sociolingüístico dos alunos, o que servirá de subsídio para a elaboração de estratégias pedagógicas e de material didático adequado.

3 VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E ENSINO

Vários estudos e pesquisas enfocam a variação na concordância de número (nominal e verbal) como bastante geral e bem significativa, pois se encontra amplamente generalizada, chegando a ocorrer também entre as camadas mais cultas da sociedade, além de muito presente em nossa realidade escolar. Conseqüentemente, esse tipo de variação também acaba por ser muito recorrente no ambiente escolar.

Conforme mencionado anteriormente, a variação na concordância de número (nominal e/ou verbal) é uma das mais produtivas em sala de aula. Porém, além da variação na concordância de número ocorrem outros tipos de variação em sala de aula. Elas podem ser agrupadas no seguinte modo:

1. Variações na Fonologia

- queda do /r/ final nos infinitivos verbais: *corrê>correr, voltá>voltar.*
- neutralização entre o /l/ e o /u/: *avental>aventau*
- monotongação: *pouco>poco; peneira>penera*
- Omissão do /u/ final em verbos no pretérito perfeito na 3ª pessoa singular: *pensô>pensou; brigô>brigou*
- Omissão da nasalização do ditongo nasal átono em verbos no pretérito na 3ª pessoa plural: *fizero/u>fizeram; ficaro/u>ficaram, pegaro/u>pegaram*
- Expansão de monotongos em ditongos: *trêis>três; deiz>dez*

- Prótese de um /a/ em formas verbais: *avoar>voar*
- Substituição de /lh/ por /li/: *muié>mulher; fornaia>fornalha*
- Substituição de // por /r/: *probrema>problema; bicireta>bicicleta*
- alteração de // para /r/ em trava silábica: *vortá>voltar; farta>falta*

II. Variações na morfossintaxe:

Apesar das variações fonológicas se constituírem num campo vasto de estudos e reflexões para o professor de língua materna, a variação na concordância de número (nominal e verbal) ainda é o tipo de construção mais produtivo, isto é, o que apresenta um grande número de ocorrências em produções textuais de alunos e mesmo na sua fala:

- Ausência de concordância de número no sintagma nominal: *dois dias, os aluno;*
- Ausência de concordância de número entre verbo e sujeito: *os meninos joga;*
- Ausência de concordância de número entre sujeito e predicativo: *Elas são bonita;*
- Variação envolvendo flexão de adjetivo: *mais melhor ;*

3.1 PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E SEUS REFLEXOS NA ESCOLA

Entre as diversas formas de variação lingüística (variações fonéticas, lexicais, morfossintáticas) o caso da aplicação da regra de marcação de plural (concordância de número verbal e nominal) ainda é uma dos maiores alvos de críticas e correções, pois se um falante não faz todas as concordâncias, diz-se que ele ‘fala errado’, ‘não sabe português’. Os estereótipos, nesse caso, são muitos, já que trazem enrustidos conceitos de pobreza e denúncias de classe social.

Scherre (2005) enfatiza a variação na concordância de número como um fenômeno envolto em estigma social. Segundo ela

Há muito nossa sociedade, especialmente representada pela escola, busca eliminar definitivamente as estruturas sem concordância tanto da fala quanto da escrita, mas em vão (...) as escolas, muitas vezes, eliminam, pela punição com nota baixa, pela reprovação e pela eventual ou conseqüente evasão escolar, os alunos que não dominam formas de prestígio, entre as quais se destaca a concordância de número. A variação da concordância é parte inerente de nosso

sistema lingüístico (ou de qualquer outro país), mas a quantidade de variação, no Brasil, é marca de classe social (SCHERRE, 2005, p. 133).

Socialmente, prevalece a idéia, entre os brasileiros em geral, de que o bom português é o dos livros, dos dicionários e das gramáticas. Tal concepção tem como origem um ensino de língua portuguesa baseado na metalinguagem e a propagação na mídia de mitos² que ilustram alienação e descaso em relação à pesquisa científica sobre a variação na língua.

A mídia faz analogias entre norma padrão e não-padrão traçando paralelos como competência/incompetência, beleza/feiúra, sucesso/fracasso, informação/ignorância inteligência/burrice, entre outros, o que ajuda a reforçar a divisão entre classes e a exclusão social.

Tudo isso pode ser traduzido, tanto na escola, quanto na sociedade, sob a forma de preconceito lingüístico. Porém, cabe à própria escola a tarefa de desmistificar esse preconceito.

A exclusão pela linguagem é, certamente, um dos maiores fatores de exclusão social. Segundo Camacho

as camadas populares não entram na escola com um domínio prático da modalidade padrão. Insucesso e evasão têm, por conseguinte, uma de suas causas no processo crônico de inadaptação pedagógica da escola brasileira à tentativa de democratização, que atendeu, somente do ponto de vista quantitativo, à demanda por classes desfavorecidas por mais vagas (CAMACHO, 1985, p. 4)

A democratização do ensino fez com que se estabelecesse na comunidade escolar um conflito lingüístico para o qual a instituição não estava preparada. Assim, passa a ignorá-lo e continua a seguir seus antigos parâmetros normativos de correção, gerando uma prática pedagógica que se apresenta como um instrumento eficaz e favor da discriminação, seja ela lingüística, cultural ou social.

² No livro *Preconceito Lingüístico, o que é, como se faz*, Bagno (2003), mostra alguns resultados de suas reflexões acerca do preconceito lingüístico e, respaldado em conhecimentos advindos da sociolingüística, levanta alguns mitos, como:

Mito nº 1: A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente (p. 15);

Mito nº 2: Brasileiro não sabe português; só em Portugal se fala bem português (p. 20);

Mito nº 3: Português é muito difícil (p. 35);

Mito nº 4: As pessoas sem instrução falam tudo errado (p. 40);

Mito nº 5: O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão (p. 46);

Mito nº 6: O certo é falar assim porque se escreve assim (p. 52);

Mito nº 7: É preciso saber gramática para falar e escrever bem (p. 62);

Mito nº 8: O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social (p. 69).

O que a escola deve fazer, então? Como ela pode acabar com a exclusão lingüística?

Responder esta indagação não é tarefa fácil. Não existe uma fórmula mágica que possa ser adotada e que resolva tudo de imediato. Tudo isso é fruto de um processo contínuo e sistemático que envolve muita pesquisa, trabalho e reflexão sobre os aspectos da língua (contexto, usos, história, falantes) por parte dos docentes e do sistema escolar como um todo.

Para tanto, a escola deve, inicialmente, planejar e desenvolver ações que priorizem a diversidade lingüística. Isso, porém, não quer dizer que se deva ignorar ou desconsiderar o ensino da norma culta, pois ao longo da vida profissional e social do aluno ela será de grande valia e em certos casos, até decisiva.

A questão é levá-lo a enriquecer seu repertório lingüístico de forma a instrumentalizá-lo para que se aproprie das formas de prestígio, socialmente aceitas, mas sem ignorar sua fala original ou discriminá-lo em virtude de seu modo de falar. Assim, estarão preparados para se relacionar e até enfrentar em condições de igualdade aqueles que dominam a norma padrão, mas sem deixarem de lado suas origens.

3.2 A ESCOLA E O TRATAMENTO DIDÁTICO PARA A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

Grande parte de nossa população é formada por pessoas pobres e de pouca educação formal. Quando a criança vai à escola, acaba se defrontando com professores que, apesar de saberem que a língua possui diversas variações, estão aptos a lidar apenas com a variante padrão, o que a leva a apresentar alguns problemas que vão desde uma leve sensação de inadequação em relação à sua fala até a extremos como evasão ou repetência. Provavelmente, a criança se sentirá envergonhada da forma como ela, seus pais e companheiros usam a língua.

Se pensarmos na escola como um recorte da sociedade, parece-nos lógico identificá-la como depositária de todas as formas de variação, carregadas por sua

clientela, sejam eles diatópicos, diacrônicos, diastráticos ou diafásicos. Assim, é premente que todos aqueles envolvidos com a educação, e não apenas os professores de Língua Portuguesa, saibam diferenciar, entender e lidar com qualquer tipo de diversidade que componha esse recorte.

Com relação ao ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita as Diretrizes Curriculares da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná, de Língua Portuguesa, orientam que cabe ao sistema escolar ampliar a capacidade do aluno no uso da linguagem, de forma competente, permitindo-lhe que saiba fazer a escolha da forma de fala para cada tipo de discurso, sabendo adequar as variantes da língua, os marcadores lingüísticos, os recursos de expressão conforme a situação de fala.

Também deve a instituição escolar, sem rejeitar a realidade lingüística de seu aluno, levá-lo a perceber que, dentre todas as formas de manifestação da língua que ele fala, há a sua. Porém, existem outras variações, entre elas, aquela tida como de prestígio, com a qual deve familiarizar-se e da qual deve obter o domínio para sua total integração na sociedade, ou seja, aquela que irá instrumentalizá-lo para que possa exercer, de fato, sua cidadania.

Indica-se, então, que o estudo da variação seja prática sistemática nas atividades de Língua Portuguesa. Desse modo, ao mesmo tempo em que o educando se exercita em padrões com maior ou menor formalidade da linguagem culta, deve também desenvolver a compreensão de que qualquer variedade lingüística é legítima e faz parte da cultura humana.

Nesse sentido, é imprescindível que o professor dispense um cuidado especial à questão da variação no planejamento de suas aulas e na elaboração de material didático-pedagógico. Também deve compreender que grande parte dos chamados 'erros' ocorrem devido à complexidade da língua portuguesa³, ao desajuste entre as modalidades oral e escrita e entre a variante rural ou popular e a variante padrão. Tais considerações encontram respaldo nas palavras de Aguilera (1997):

As reflexões do professor sobre os princípios da lingüística, sobretudo da fonética, da fonologia e da diversidade lingüística, contrapostos ao

³ Sistema ortográfico, normas e regras gramaticais ainda baseadas no português de Portugal ou em concepções de gramática já obsoletas e ultrapassadas quando aplicadas ao português praticado de verdade pelos falantes brasileiros.

conhecimento das regras ortográficas da Língua Portuguesa, são condições necessárias para um ensino eficaz da língua escrita na escola (AGUILERA, 1997, p. 141)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas na área variacionista (Mollica, 1992; Scherre, 1996; entre outras) mostram que o uso de variantes não-padrão em produções orais e escritas dentro do sistema escolar e na própria sociedade se encontram configuradas em regras variáveis já generalizadas na língua.

Para a Sociolinguística Educacional é necessário, antes de tudo, que os professores estejam convictos de que os chamados 'erros' dos alunos têm explicação no próprio sistema e processo evolutivo da língua. Podendo, portanto, ser previstos e trabalhados por meio de uma abordagem sistêmica.

De tudo o que foi explicitado anteriormente decorre, pois, o objetivo de divulgar com mais ênfase os resultados dessas pesquisas entre os professores das escolas da rede pública do Paraná tendo em vista que a formação do professor ainda é o centro do funcionamento do sistema educacional.

É preciso que ele continue investindo em sua formação e estudando, o que nem sempre acontece nas escolas brasileiras. Este investimento, seja ele particular ou oferecido pelo estado, ajudará o professor a se apropriar e entender efetivamente o papel social de uma língua, a flexibilidade de sua estrutura e a variação de forma que nela se pode registrar, descartando a visão de língua apenas como um conjunto de regras prescritas nas gramáticas. Se o professor tem abertura para tais questões, ele saberá, sem dúvida, conviver com a realidade díspare com que se defrontará na escola, onde as crianças são portadoras, muitas vezes, de diferentes dialetos, provêm de famílias com variado grau de escolaridade ou pertencem a estratos sociais diferenciados.

Quanto ao papel da escola, acreditamos ser primordial a discussão do problema referente à questão da diversidade linguística que lhe chega e a conscientização, por parte de seus componentes, de que o sistema educacional, ao rejeitar os outros níveis de linguagem que não a língua culta, acaba fortalecendo a manutenção de uma sociedade discriminatória e preconceituosa.

Deste modo, espera-se que a instituição escolar aceite as diferenças lingüísticas como um fenômeno social normal e que tenha, como um de seus princípios, levar os alunos a entender que a língua materna é essencial no processo de sua formação como cidadão e que os saberes lingüísticos transmitidos pela escola são necessários à prática de sua cidadania.

Porém, apesar de alguns avanços, sabemos que falta muito a ser feito. No Brasil, ainda temos há muitas escolas que privilegiam a norma culta. Muitas vezes, tratam do assunto variação lingüística porque ele já vem especificado no livro didático que, como se sabe, deixa muito a desejar, trazendo, em alguns casos, conceitos errados e revestidos de preconceito.

O presente trabalho procurou contribuir para a divulgação de estudos recentes no campo da variação e da mudança lingüística. É de fundamental importância e necessidade para uma melhoria na qualidade do ensino que o conhecimento acumulado ao longo dos anos sobre a variação lingüística (e sobre qualquer outro tema e em qualquer disciplina) não deve ficar restrito ao mundo acadêmico das universidades e às publicações especializadas e seja, de fato, compartilhado com e entre os professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA V. A. Aspectos fonéticos-fonológicos e sistema ortográfico da língua portuguesa: interferências no binômio ensino-aprendizagem da escrita. In: DIVERSIDADE FONÉTICA NO BRASIL: PESQUISAS REGIONAIS E ESTUDOS APLICADOS AO ENSINO. Londrina, Ed. UEL. 1997, p. 129-142).

ALKMIM, T. M. Sociolingüística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BAGNO, M. A norma oculta: língua e poder na sociedade. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. Preconceito lingüístico. São Paulo: Loyola, 2003.

BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a Sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. Nós chegamos na escola, e agora?: Sociolingüística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CAMACHO, R. G. O Sistema Escolar e o Ensino da Língua Portuguesa. Alfa, n. 29, p. 1-7, 1985.

_____. Sociolingüística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LABOV, W. Sociolinguistic Patterns. Oxford: Basil Blackwell, 1972.

MOLLICA, M. C. A influência da fala na alfabetização. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

MOLLICA, M. Cecília (org.). Introdução à Sociolingüística Variacionista. Cadernos didáticos. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ. 1992

_____. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.) Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, J. L. Para compreender Labov. Petrópolis: Vozes, 2000.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.) Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

PAIVA M. C.; SCHERRE M. M. P. Retrospectiva Sociolingüística: contribuições da PEUL. DELTA. Educ., São Paulo, v. 15, n. esp., p. 201-232, 1999.

PARANÁ, SEED. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, Curitiba, 2006.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, n. 12, p. 37-49, 1994.

_____; NARO, A. J. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, D. (org.) *DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL*. João Pessoa: Idéia, 1997, p. 93-114.

_____. Sobre a influência de variáveis sociais na concordância nominal. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *PADRÕES SOCIOLINGÜÍSTICOS: ANÁLISE DE FENÔMENOS VARIÁVEIS DO PORTUGUÊS FALADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

